



Anais da Assembleia

Nº 40

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 38.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Cameiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Nilso Sguarezi, Renato Bernardi, Waldenécio Barbalho, Wilson Fortes e Otássio Pereira (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

TELEGRAMA:

Nos seguintes termos: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA SANTA CATARINA VG ACOLHENDO DECISÃO MAIORIA PLENÁRIO VG SESSÃO REALIZADA DIA CINCO CORRENTE VG ENVIUO SEGUINTE SUGESTÃO PRESIDENTES SENADO ET CAMARA ET RESPECTIVOS LIDERES BANCADAS BIPT PRIMEIRO BIPT APROVAÇÃO EMENDA CONSTITUCIONAL VG RESTITUINDO MEMBROS CONGRESSO NACIONAL PRERROGATIVA PROPOR ANISTIA PT SEGUNDO BIPT DECRETAÇÃO UMA AMPLA ANISTIA VG ATRAVES LEI ORDINÁRIA OU POR INTERMÉDIO DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS INSERIDAS TEXTO CARTA MAGNA COM PRÓPRIA EMENDA PT OPORTUNIDADE SOLICITA ESSA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA IDÊNTICO PRONUNCIAMENTO PT CORDIAIS SAUDAÇÕES VG DEPUTADO WALDOMIRO COLAUTTI VG PRESIDENTE

COM SATISFAÇÃO, COMUNICAMOS QUE A PARTIR DE HOJE ESTA CIDADE ESTÁ INTEGRADA AO SISTEMA NACIONAL E INTERNACIONAL DE TELEX O PROGRESSO, ALÉM DA AGRICULTURA, TAMBÉM NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO AVOLUMA-SE COM ESTE MODERNO MEIO.

CAMPO MOURÃO, CIDADE QUE ESTÁ LOCALIZADA NA REGIÃO CENTRO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ, CONTA COM APENAS 30 ANOS DE FUNDAÇÃO JÁ POSSUI, A SEGUNDA MAIOR COOPERATIVA AGRÍCOLA DO BRAIL — COAMO — COOPERATIVA AGROPECUÁRIA

MOURÃOENSE LTDA. DEDICANDO-SE, PRINCIPALMENTE AS ATIVIDADES LIGADAS A CULTURA DA SOJA E TRIGO. AINDA NESTA ÁREA PRODUZ: MILHO, ARROZ, FEIJÃO, CAFÉ E TANTOS OUTROS.

NO CAMPO DAS COMUNICAÇÕES, A CIDADE CONTA COM UMA EMISSORA DE RÁDIO, UM JORNAL DIÁRIO — FOLHA DO CAMPO —, TELEFONE LIGADO AO SISTEMA NACIONAL DE DDD — DISCAGEM DIRETA A DISTANCIA, E A PARTIR DE HOJE, COM TELEX.

NÓS, MORÃOENSES, NÃO ESCONDEMOS A NOSSA SATISFAÇÃO E ORGULHO, EM PARTICIPAR DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.

CUMPRE-NOS ADIANTAR QUE A PRIMEIRA LIGAÇÃO RECEBIDA E TRANSMITIDA, FOI EFETUADA PELO NOSSO APARELHO, CUJO NUMERO É 432-391-FOCA-BR, QUE DESDE JÁ FICA A DISPOSIÇÃO DOS PREZADOS AMIGOS, PARA QUALQUER COMUNICAÇÃO, NOTICIOSA OU NÃO.

POR OUTRO LADO, A REIVINDICAÇÃO, FOI DA NOSSA AUTORIA, E AGORA COROADA DE PLENO EXITO.

SEM MAIS PARA O MOMENTO, FICA AQUI O NOSSO ABRAÇO CORDIAL. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Aragão de Mattos Leão, abaixo-assinado, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, solicitar uma licença de 20 (vinte) dias, a partir de 20 de abril, licença essa sem vencimentos, para tratar assuntos de interesses particulares.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1978.

(a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Muraro.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ELIAS PEREIRA, funcionário desta Casa, ocorrido nesta cidade.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dada ciência à Sra. Pereira e a família enlutada residentes à rua da Marumba, n.º 45, nesta cidade, bairro Campina do Siqueira.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se consigne em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ELIAS PEREIRA, funcionário deste Poder Legislativo.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Embora tenha circulado em 15 de novembro de 1947 o jornal a "FOLHA DE LONDRINA" foi escolhido, entretanto, o dia 30 de abril para "assinalar festivamente a etapa vencida de 3 décadas" como consta em seu comentário de primeira página do último domingo.

Somos testemunhas do nascimento e do crescimento desse importante órgão da imprensa paranaense, com penetração em todo o Sul do Brasil, mas muito especialmente no Sul do Estado de São Paulo e todo o Estado de Mato Grosso, do Sul e do Norte.

O jornal criado e dirigido pela equipe chefiada por João Milanês, o lutador incansável no aprimoramento desse conceituado órgão de comunicação escrita, é, sem dúvida, um porta-voz dos anseios de toda a comunidade do Estado do Paraná; mas a Folha é acima de tudo, e sem demérito para nenhum, o genuíno representante das aspirações do nosso imenso Norte do Estado, fazendo com que a Londrina, de apenas 43 anos de história, seja divulgada e amplamente conhecida em todo o território brasileiro!

As motivações mais variadas, desde o simples, o modesto cotidiano do dia a dia de cada trabalhador, de cada agricultor, de cada empresário, de cada estudante, de cada dona-de-casa; — os problemas sociais, de saúde, de educação, de menores, dos males atuais dos tóxicos e do jogo, dos preços e da comercialização dos produtos básicos da nossa economia, as lutas políticas e os problemas administrativos, o futebol, a arte, tudo, enfim, senhores Deputados, constitui o dia desse fecundo jornal, irradiante de otimismo nos destinos da gente da terra roxa e nos homens que orientaram as comunidades paranaenses, sob sadios princípios cristãos, tanto que o Paraná apresenta, mais do que outras unidades da federação brasileira, um ambiente de conagração de brasileiros de todos os rincões da Pátria, immanados, num ambiente harmônico de trabalho, com filhos de todos os países do mundo que escolheram livremente fazer, como efetivamente fizeram, do Paraná, no Brasil, a sua grande e generosa Pátria de adoção!

Requeiro pois, após ouvido o Plenário, que em nome da Assembléia Legislativa a Casa se congratule pelo significativo acontecimento com todos os que trabalharam e ainda trabalham para que a Folha atingisse o seu trintenário, especialmente o seu dinâmico concidadão João Milanês, cuja história na empresa jornalística é parte da própria história do Paraná!

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1978.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado dos Recursos Humanos e Secretário de Estado das Finanças, solicitando-lhes sejam implantadas nas folhas do corrente mês de maio, as diferenças de vencimentos asseguradas pelo artigo 78 da Constituição Estadual, aos servidores públicos que percebem os vencimentos dos níveis 01, 02 e 03 das Tabelas de Vencimentos reajustados pela Lei n.º 6.996, de 12 de abril de 1977, bem como do Soldado de 2.ª Classe e do Servente de Necrotério, os quais ficaram com esses vencimentos fixados abaixo do valor do salário-mínimo já em vigor nesta Capital, bem como seja procedido o desencavalamento desses níveis

iniciais de carreira, de maneira similar àquela sugerida pelo Deputado Fidelcino Tolentino em requerimento apresentado ao Plenário no final de abril próximo passado.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

Há quase uma década, temos batalhado pelo desachatamento dos níveis iniciais de carreira.

A partir de 1975, o Deputado Fidelcino Tolentino integrou-se nessa campanha, a qual, após vários entendimentos mantidos com a Secretaria de Recursos Humanos, acabou encontrando guarida em 1977, quando o Governo procedeu o desencavalamento dos níveis 1 a 10, inclusive igualando os valores desses vencimentos nas Tabelas afixadas para funcionários dos três Poderes.

Por ocasião da tramitação do Projeto de Lei n.º 12/78, que resultou na Lei n.º 6.996/78, alertamos, desta tribuna, juntamente com o Deputado Tolentino, que, adotando-se um percentual fixo de 38%, o Governo corria o risco de motivar novo achatamento dos níveis iniciais, por ocasião do reajustamento do salário-mínimo.

Em pronunciamento recente, comentado na data de hoje, por um jornal local, aquele parlamentar solicitou idêntica providência, mas, por motivos que desconhecemos, seu requerimento foi rejeitado.

Acreditando que a tomada de posição da ARENA em relação à aprovação da Emenda Constitucional que concede a contagem proporcional de tempo de serviço aos servidores públicos estaduais é meramente casual, assim como o foi a denegação daquele requerimento, e, que, não existe por parte do Governo do Estado qualquer prevenção contra seus funcionários efetivos, pedimos a aprovação deste requerimento e a sua remessa, com a máxima urgência a seus destinatários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao Senhor Prefeito de Curitiba, consubstanciado no Pedido de Informações seguinte:

1ª— Informar de que forma a COHAB-CT se ressarcia do dinheiro aplicado nas Instituições:

a) Banco Halles S.A.

b) Banco Ipiranga S.A.

c) Tecnoinvest, Distribuidora de Câmbio e Valores Imobiliários.

2ª— Informar se a COHAB-CT teve alguma perda financeira provocada pelo Sr. Lourival Raimundo, ex-diretor financeiro da Instituição. Esclarecer o montante e as providências tomadas.

3ª— Informar os valores e os títulos de cada aplicação da COHAB-CT fora do setor habitacional, até a presente data.

4ª— Sobre os recursos financeiros manipulados pela atual gestão administrativa até a data presente, esclarecer os seguintes aspectos:

a) o montante.

b) onde foi aplicado, esclarecendo as quantias e as datas de cada aplicação.

5ª— Informar qual a previsão de captação de recursos que a COHAB-CT terá até o final do corrente ano, bem como, esclarecer qual a porcentagem que a Companhia pretende aplicar desse montante em habitação popular.

6ª— Informar qual o número de habitações que a COHAB-CT pretende concluir e iniciar neste ano, bem como, esclarecer os gabaritos da obra, e as condições para aquisição pelo trabalhador.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A política salarial do Governo entende ao estabelecer o salário mínimo, que ao operário basta Cr\$ 320,00 (trezentos e vinte cruzeiros) por mês para se pagar o aluguel da moradia. Assim, a retrógrada sistemática econômica-financeira governamental, permitindo o irracional custo do dinheiro, mais o processo gradativo de empobrecimento do povo brasileiro, mais a deturpação em menor, média ou maior escala das sublimes Filosofias Comunitárias dos setores do Poder Público que tratam da política habitacional; chegamos a uma posição insustentável no setor, que carece com emergência de pelo menos da preocupação dos Homens Públicos.

A Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT), entidade criada com o objetivo de repassar créditos do Banco Nacional da Habitação e recursos próprios, para financiamento de CASA PRÓPRIA a TRABALHADORES DE BAIXA RENDA; segundo informações preliminares, passou mais 2 (dois) anos sem financiar residências, isso porque, na gestão anterior os Diretores Presidente e Financeiro da empresa, os senhores LUIZ ANTÔNIO VELLOSO DE SOUZA (Atualmente é Delegado do B.N.H. para a região) e LOURIVAL RAIMUNDO, respectivamente, simplesmente PREFERIRAM aplicar o dinheiro da COHAB-CT em LETRAS IMOBILIÁRIAS, depósito a prazo fixo e outros papéis com renda fixa e variável, junto a diversos bancos oficiais e particulares de Curitiba, isto porque os papéis das Instituições Financeiras davam na época, e ainda hoje, RENTABILIDADE MAIOR do que os juros cobrados pela COHAB-CT, dos trabalhadores de baixa renda.

É possível, que no período em que a COHAB-CT na administração do Sr. Luiz Antônio Velloso de Souza, deixou de aplicar ou aplicou muito pouco em CASA PRÓPRIA, o dinheiro manipulado tenha atingido o montante de vinte milhões de cruzeiros. Comenta-se inclusive, que à época, o dinheiro da COHAB-CT além de aplicado em papéis bancários, era também jogado em saldos de contas correntes, que, em alguns bancos chegavam a vários milhões de cruzeiros. Assim era feito porque os diretores da Instituição estariam usando o SALDO MÉDIO da empresa em BENEFÍCIO PRÓPRIO, sacando, particularmente, verdadeiras fortunas para investirem em diversos campos, principalmente na especulação imobiliária e indústria de confecções.

Com a mudança da diretoria da COHAB-CT, processada pelo Prefeito Saul Raiz, ficou a ex-direção da Empresa, sem os SALDOS MÉDIOS para garantir a prorrogação e reformas de compromissos bancários, e o resultado foi um "bombástico estouro" na praça, provocado pelo Sr. LOURIVAL RAIMUNDO, ex-diretor financeiro da COHAB-CT, que parece estar sendo procurado pela justiça.

Durante mais de oito anos a COHAB-CT, foi dirigida pelos senhores Luiz Antônio Velloso de Souza e Lourival Raimundo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, apelo no sentido de que determine com urgência reparos na ponte sobre o rio POTINGA na estrada que liga a cidade de Rebouças a Rio-Azul.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1.978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

JUSTIFICATIVA:

O referido apelo justifica-se em razão do péssimo estado de conservação em que se encontra a referida ponte, pondo em grande perigo de vida os usuários da referida estrada, sendo assim urgente os reparos da ponte para melhores garantias.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por dever como paranaense, assomamos à tribuna nesta tarde para, através de requerimento às autoridades máximas da Nação brasileira, agradecer a indicação do Senador João de Mattos Leão para o cargo de Diretor da Carteira de Crédito Agrícola da 6.ª Região do Banco do Brasil, nos seguintes termos: (Lê)

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais requer, após ouvido o Plenário, a consignação em ata, de voto de aplauso e congratulações ao Presidente da República, General Ernesto Geisel; Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura; Mário Henrique Simonsen, da Fazenda; Karlos Riechbieter, Presidente do Banco do Brasil, pela indicação do Senador João de Mattos Leão para o cargo de Diretor da 6.ª Região do Banco do Brasil que compreende os Estados do Paraná e de Santa Catarina.

A presença de mais um paranaense naquele estabelecimento oficial de crédito é altamente significativo para o Paraná, principalmente agora em que a produção agrícola de nosso Estado se vê ameaçada de colapso em consequência da seca que se registra em todo o território paranaense, e cujos resultados adversos concorrerão para obstaculizar a nossa grande caminhada desenvolvimentista.

A Direção da 6.ª Região em mãos do Senador Mattos Leão, representa um alento de esperança aos nossos lavradores, que estão sofrendo prejuízos incalculáveis com o fenômeno climático que ora está castigando e ameaçando às futuras safras e à economia estadual. O Sr. João de Mattos Leão, conhecendo e sentindo os problemas que estão afetando os esteios de nossas riquezas, haverá, como lhe é peculiar, de envidar todos os esforços para suavizar a situação angustiante de nosso rurícola, através dos recursos que possui aquele importante setor da administração federal.

Requer ainda que, o conteúdo deste requerimento seja levado ao conhecimento das autoridades acima referidas, porquanto ele traduz o clima de contentamento do Poder Legislativo do Estado do Paraná, pela acertada escolha de um ilustre homem público de nosso Estado, para a Direção da importantíssima 6.ª Região do Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1.978."

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Pediria a V. Ex.ª a fineza de autorizar que o Sr. Secretário fizesse a chamada nominal, porque, me parece, não há "quorum" para continuar os trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere depois de devidamente alertados os Srs. Deputados, solicita que o Sr. 1.º Secretário faça a chamada nominal para a constatação de "quorum".

(Faz soar os tímpanos).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal).

O SR. SECRETÁRIO — Responderam a chamada vinte e um Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O motivo da nossa presença na tribuna no dia de hoje, é sem dúvida nenhuma, prestar uma homenagem, só que nós não vamos citar nomes, porque são tantas as pessoas que, apesar da gente conhece — todos nós conhecemos muitos, pelo trabalho que realizam no campo da criança excepcional, que na citação de nomes, nós cometeríamos tantas injustiças de deixar tantas outras pessoas, que realmente estão dando de si em favor do menor, principalmente daquele menor carente ou do menor nas mais variadas deficiências, estão hoje, alguns, muitos deles, impossibilitados inclusive, para desempenhar um papel normal.

Todos nós conhecemos o trabalho de pessoas, de famílias inteiras em favor, nas APRs, nas escolas de surdos e mudos, escolas de amparo ao menor, e quando nós temos oportunidade de conversar com essas pessoas que dedicam grande tempo da sua vida e que inclusive — e através de campanhas, de almoços beneficentes, bingos, jantares, outro tipo qualquer de promoção —, saem às ruas em busca de angariar um pouco de recursos, para que aquela escola, seja ela qual for, tenha condições de atender aqueles menores, aquelas crianças ali internadas.

E até é curioso, porque o número de pessoas que se dedicam, que têm realmente amor ao próximo, não é grande, e a gente, muitas vezes por curiosidade, quando determinadas pessoas que, para manterem as escolas onde aceitaram a direção, ou simplesmente aceitam contribuir com essas escolas, então, muitas vezes, quando essas pessoas nos procuram para vender um bilhete de uma rifa ou de contribuição para um almoço, quantas vezes, nós nos afastamos dessas pessoas e muitas vezes, só ao vê-las na rua, a gente já procura fugir, sem verificar a realidade do seu trabalho, o grande trabalho que essas pessoas desenvolvem.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazendo como que uma contribuição para que se aumente no Estado do Paraná, salas de aula especializadas, é que nós vamos apresentar um requerimento que deverá ser endereçado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Educação.

O requerimento diz o seguinte: (Lê)

“Senhor Presidente.

O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores, Doutor JAYME CANET JÚNIOR, digníssimo Governador do Estado, e, ao Professor FRANCISCO BORSARI NETO, digníssimo Secretário da Educação e da Cultura, no sentido de que sejam construídas salas de aulas especiais para Criança Excepcional, em todos os estabelecimentos de ensino, e, nos prédios escolares a serem construídos, bem como nos atuais prédios que estão em fase de construção pelo Estado.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1.978:

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Educação e da Cultura, através de seu Departamento especializado, existem atualmente no Estado do Paraná, mantidas pelo Estado, 44 (quarenta e quatro) escolas especializadas, com atendimento a 900 (novecentas) crianças. Escolas particulares em convênio com o Estado, 65 (sessenta e cinco), atendendo a 3.700 (três mil e setecentas) crianças. Como se observa o número de atendidos neste setor do ensino no Estado do Paraná, alcança um total de 4.600 (quatro mil e seiscentas) crianças atendidas. Citando ainda o mesmo setor especializado da Secretaria de Educação e Cultura, nos informa ainda que de acordo com dados fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, cinco por cento da população (aplica-se também ao Brasil) é composta de pessoas deficientes, o que eleva o número no Estado do Paraná, a aproximadamente quatrocentos mil. É evidente que não seria este o número de crianças, mas se fizermos comparação dos casos atendidos, vamos verificar que existem milha-

res de crianças, que por vários motivos, não são atendidas. Se os estabelecimentos de ensino se ajustarem às necessidades neste setor do, ainda carente de atenção maior, estaremos contribuindo para a recuperação de milhares de seres humanos, que como nós merecem melhores oportunidades na vida. E a melhor oportunidade que procuramos dar a estes seres humanos, dando-lhes condições de estudos e recuperação, principalmente para aqueles que não possuem condições para frequentarem uma escola particular que tenha um sistema de internato por não existir em seu município, uma sala de aula adequada, e, um professor com orientação especializada neste sentido, será a forma de agradecermos a Deus, pela família saudável que temos, é justamente fazermos alguma coisa pelo excepcional.”

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao percorrermos a região Sul, deparamos com uma ponte que liga a cidade de Rebouças, a Rio Azul, em péssimas condições.

Aproveitamos então esta oportunidade, para apresentarmos um requerimento nos seguintes termos, Sr. Presidente: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, apelo no sentido de que determine com urgência reparos na ponte sobre o Rio POTINGA na estrada que liga a cidade de Rebouças a Rio-Azul.

JUSTIFICATIVA:

O referido apelo justifica-se em razão do péssimo estado de conservação em que se encontra a referida ponte, pondo em grande perigo de vida os usuários da referida estrada, sendo assim urgente os reparos da ponte, para melhores garantias.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1.978.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está em pauta, nesta Casa, a votação da emenda constitucional proposta pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino e por nós. Em razão do silêncio do Palácio Iguaçu, evidentemente, em se pronunciar a respeito dessa matéria, é que nos resolvemos, em conjunto, nós e o Deputado Fidelcino Tolentino, apresentar a emenda constitucional dispondo sobre a contagem proporcional a exemplo do que há havia ocorrido em Minas Gerais e, posteriormente, em São Paulo.

Nesse meio tempo, foi apresentado, nesta Casa, um projeto de lei que tratava do mesmo assunto.

É claro que sem qualquer oposição de seu autor e, também, sem qualquer interesse pessoal, procuramos adaptar o texto daquele projeto ao da emenda constitucional, pois, segundo a assessoria que consultamos, nada impede que sejam aprovados — a emenda constitucional e, também, a lei ordinária — pois esta última seria a norma regulamentadora daquela, como ocorre em Minas Gerais, onde, também, existe uma lei regulamentadora do dispositivo em sua Carta Magna.

Até aí, Srs. Deputados, não se falou de autoria ou de paternidade; e, a Proposição n.º 538/77, dada a relevância da matéria que retratava com seriedade, com justiça, foi apoiada por quarenta e nove dos Srs. Deputados, de ambas as bancadas. Por ocasião da tramitação da emenda constitucional do eminen-

te Deputado Luiz Roberto Soares, que fez a adaptação ao texto de nossa Carta Magna aos termos do "Pacote de Abril", o MDB, na oportunidade, firmou acordo de cavalheiros, com a Liderança da Arena.

Seriam aprovadas as duas emendas constitucionais. Naquela oportunidade solicitamos nós à Presidência da Casa, que colocasse simultaneamente as duas matérias em votação, pois em ambas continha dispositivos inserindo o artigo 157 às disposições transitórias.

Naquela oportunidade o Sr. Presidente falou: Não há possibilidade, mas depois de aprovada a emenda da contagem proporcional, modificaremos o número do artigo 157 para aquele que melhor se adequar a nova Carta.

Essas, Srs. Deputados, as promessas que nós temos que cobrar, e estamos cobrando.

Quanto ao impasse motivado pela paternidade, a briga entre nós e o Deputado Erondy Silvério, cremos ser mera suposição, pois a emenda constitucional, Proposição n.º 538/77, efetivamente não pertence à Arena e nem ao M.D.B. Ela pertence sim, aos servidores públicos do nosso Estado.

Por outro lado, não podemos acreditar que o Procurador Geral da República represente contra normas existentes nas Constituições de São Paulo e de Minas Gerais, porque, inclusive, neste último Estado, repleto de tradições e de grandes homens, nem mesmo um governante de bolso de colete o Governo está conseguindo impôr.

Quanto ao nosso acordo, aprovou-se para evitar-se maiores problemas para o nosso Estado, entre tantas normas das emendas propostas pelo Deputado Luiz Roberto Soares, entre tantas normas aprovou-se uma que concede polpuda gratificação a ex-Governadores. E outra que regulamenta ou diz detalhadamente como se deve referendar a indicação de Governador que não foi escolhido pelo povo. Além de dispositivo que dá poderes ao Governador para recorrer livremente funcionários do Tribunal de Contas, regamente pagos pelos cofres públicos.

Todavia, Srs. Deputados, na hora de premiar aqueles que já deram metade de suas vidas ao nosso Estado, o acordo é simplesmente rompido. É claro que não podemos nos conformar com isso. E já estamos providenciando certidões das atas das reuniões em que foram aprovadas aquelas emendas, para tentar através da via judicial, se evidentemente houver possibilidade, anular aquela votação que teria sido procedida de maneira irregular, conforme estamos tentando apurar.

Mas o assunto predominante neste final de semana em relação aos trabalhos que se desenvolvem, nesta Casa, foi a tramitação da emenda constitucional que se refere a contagem proporcional de tempo de serviço a funcionários do Estado.

Em síntese, Srs. Deputados, os jornais noticiaram entre outros, o seguinte: Que os Deputados Fidelcino Tolentino, Valter Pietrângelo e Erondy Silvério, estariam brigando pela paternidade da idéia; que os Deputados da Arena estariam impedindo a aprovação da matéria para não deixar sair-se vencedor o MDB; que o Governador do Estado enviaria Mensagem para a Assembléia Legislativa no correr desta semana, propondo a contagem proporcional; que sendo mantido o acordo de cavalheiros firmado entre O MDB e ARENA aprovando-se a matéria, o Governador representaria junto ao Procurador Geral da República, pela sua inconstitucionalidade. Que cerca de dez mil funcionários seriam aposentados em razão do benefício, resultando tal fato, em facilidades para a reclassificação já anunciada de há muito tempo, pela Secretaria de Recursos Humanos.

Tem o aparte o Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado. Pretendo, quando da votação da emenda constitucional proposta por V. Ex.^a, juntamente com o Deputado Fidelcino Tolentino, fazer algumas considerações em torno desta matéria.

Todavia, para que V. Ex.^a não parta desde já, de um

pressuposto absolutamente falso, eu gostaria de retificar que não houve acordo entre as duas bancadas, pela aprovação desta matéria, conforme foi amplamente divulgado por V. Ex.^a, acredito pelo Deputado Fidelcino Tolentino. Na realidade, não houve acordo.

Só queria deixar absolutamente claro este ponto, para que V. Ex.^a não cometesse uma injustiça em atribuir a mim, a solenidade de um acordo, que teria sido rompido quando não houve absolutamente esse acordo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Eu prossigo:

Analisando então, Srs. Deputados, essas notícias, sentimo-nos na obrigação de prestar esclarecimentos ao povo paranaense, e ao servidor público do Estado, sobre o que realmente está acontecendo.

Conforme a própria imprensa do Paraná reconhece, o assunto da contagem proporcional novamente, Srs. Deputados, nós afirmamos: Foi tratado oficialmente, pela primeira vez nesta Casa, em 27 de outubro de 1976, quando de requerimento publicado no "Diário da Assembléia" daquela mesma data, o Deputado Fidelcino Tolentino, sugeriu ao Governador do Estado, ex-Secretário dos Recursos Humanos, que fosse elaborado o anteprojeto de lei, concedendo a contagem proporcional a funcionários do Paraná.

Vez que Minas, o benefício há havia sido concedido através da própria Constituição do Estado no seu Artigo 222. E em São Paulo estava tramitando emenda à constituição, instituindo idêntico benefício.

Em meados de 1977, tomando conhecimento pelo jornal "Folha de São Paulo", de que a tramitação da Emenda Constitucional estava em fase final de aprovação, mas, isso em meados de 1977 — encaminhamos Ofício à Mesa da Assembléia Legislativa daquele Estado, solicitando dados a respeito da matéria, no que fomos atendidos, recebendo do Secretário daquela Casa inclusive, cópia do "Diário do Estado de São Paulo" n.º 127, datada de 7/7 do ano passado, contendo a publicação da Emenda Constitucional n.º 7 — de 6 de julho de 1977, cujo Artigo 2.º, instituiu a contagem proporcional naquele progressista Estado.

Dando então, conhecimento dos pronunciamentos feitos pelo Deputado Fidelcino Tolentino, a respeito do assunto, e reconhecendo o seu Gabinete como aquele que melhor informado estava a respeito de assuntos ligados à área de Recursos Humanos, enviamos o material que havíamos recebido da 1.ª Secretaria do Estado de São Paulo, enviamos o material ao nobre Parlamentar Fidelcino Tolentino.

Pois bem, no que diz respeito ao número de funcionários que serão beneficiados com a emenda, deverá realmente chegar à casa dos dez mil.

Mas, nem todos, com tempo máximo de três anos que a emenda podem alcançar, para aqueles que contavam com vinte e um anos de serviços, em 15 de março de 1968.

Uns teriam um ano de serviço, enquanto outros apenas alguns meses, e devemos notar que, para sermos beneficiados, o servidor, terá que ser admitido na vigência da Constituição anterior, ou seja, de 1967. Cujos dispositivos prevêm o menor tempo para a aposentadoria.

Também é verdade a observação de que essas aposentadorias virão facilitar sobremaneira a reclassificação de cargos. Pois como podemos observar pelo projeto de lei que ora tramita nesta Casa, tratando do quadro da Procuradoria Geral do Estado, quanto mais funcionários existirem para serem reclassificados, maior parte deles não pode alcançar tal benefício.

Finalmente, Srs. Deputados, a notícia de que fontes noticiosas dariam como certa a remessa de lei por parte do Governador do Estado, para resolver o problema, informando inclusive que sua assessoria já estaria com adiantados estudos sobre a contagem proporcional de tempo de serviço.

Ora, isto parece-nos pura manobra para tirar os inegáveis

méritos do Gabinete, principalmente do Deputado Fidelcino Tolentino. Pois conforme já ficou provado, aquele parlamentar, em 27 de outubro de 1976, já enviou dados ao Governo para essa finalidade.

E daquela data, até agora, já se passaram vinte meses. Convém, Srs. Deputados, acrescentarmos também que foi o Deputado Tolentino quem verificou que tanto Minas Gerais, como São Paulo, esqueceram da emenda Accioly Filho, que inserida na Constituição Federal de 1967, permitiu que os efeitos da Legislação anterior, sobre aposentadorias, fossem prorrogados até 15 de março de 1968.

Evidentemente, que o nobre parlamentar, não foi naquela de copiar o texto de São Paulo, ou Minas, com as datas das Constituições daqueles Estados, conforme já havia ocorrido anteriormente, em outras plagas.

Quanto ao possível posicionamento de representar contra a emenda que apresentamos, se aprovada, ou então não regulamentá-la, cremos que seria atitude até indigna do Governador Jayme Canet Júnior, o qual poderá inclusive para abreviar esse trabalho, liberar a aprovação da emenda, bem como sancionar o projeto de lei já aprovado por esta Casa. Pois conforme já frisamos, os direitos autorais de contagem proporcionais não pertencem, nem à Arena e nem ao MDB e muito menos ao Governador do Estado. Mas sim, é uma instituição que deve ser legada ao patrimônio do Servidor Público do Estado do Paraná. E que de outra forma, enobrece a atuação fortalece a dignidade deste poder legislativo que tanto carece desse binômio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo esclarecer que o nosso eminente Líder, Deputado Enéas Faria, afirmou e reafirmou, na primeira sessão que discutimos a emenda constitucional, que comentamos, de que, efetivamente, a bancada da Arena rompia um acordo de cavalheiros ao votar contra a emenda constitucional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se usou amplamente o problema judicial que envolve a regulamentação da emenda constitucional que concede a contagem proporcional no Estado de São Paulo, nesta Casa, achamos conveniente levar ao conhecimento do Plenário, um texto publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo", com o seguinte teor: (Lê)

"CONTAGEM DE TEMPO PARA APOSENTADORIA"

Matéria de grande interesse para o funcionalismo estadual acaba de ser apreciada pelo Judiciário. Trata-se de contagem proporcional de tempo para efeito de aposentadoria, prestado antes de 13 de maio de 1967, nos termos do Art. 2.º da Emenda Constitucional n.º 7, de 6 de julho de 1977.

Tendo em vista o benefício constante da aludida Emenda, servidores da Polícia Militar requereram administrativamente a sua reforma ou a sua passagem para a reserva remunerada, mas a pretensão foi indeferida pelo comandante geral da Polícia Militar do Estado, sob a alegação de não estar ainda regulamentada a forma de aplicação da Emenda Constitucional na Polícia Militar.

Os servidores, inconformados, impetraram mandado de segurança, que foi concedido pelo juiz da 4.ª Vara da Fazenda do Estado. Sr. Manuel Aparecido Medeiros, não obstante arguição de inconstitucionalidade da Emenda manifestada pelo Ministério Público.

O fato — afirma o juiz da decisão — de haver o governo do Estado arguido a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n.º 7, de 6 de julho de 1977, perante a Procuradoria Geral da República, não constitui, a rigor, prejudicial impeditiva da apreciação da segurança; não se sabe se o procurador geral da República já ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal, a chamada ação direta, de inconstitucionalidade da Emenda mencionada. E nem se sabe se o fará, notória é a sua discricionariedade na matéria, haja vista ao exemplo da lista sêxtupla

para a escolha do Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo. O Conselho Universitário arguiu sua inconstitucionalidade, mas aquele órgão houve por bem arquivar a representação.

Em face disso e também esclarecendo que o ato impugnado foi praticado pela autoridade impetrada no âmbito de sua competência administrativa, sendo o pedido ajuizado antes do advento do Decreto n.º 10.641, de 1.º de novembro de 1977, que transferiu aos Secretários de Estado "a competência para exame e decisão dos pedidos formulados por servidores públicos estaduais, relativamente à aplicação das Emendas Constitucionais n.ºs 7 e 8, de 6 de julho de 1977", admitiu o juiz o impetrado como parte legítima "ad causam" para responder aos termos da postulação.

Passando em seguida ao âmago da matéria, ponderou o juiz não partilhar de forma alguma com o entendimento do governo do Estado e do Ministério Público, relativamente ao art. 2.º da Emenda n.º 7, que acrescentou ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo o seguinte dispositivo:

"É assegurado ao funcionário que tiver tempo de serviço prestado antes de 13 de maio de 1967, o direito de computar esse tempo, para efeito de aposentadoria, proporcionalmente ao número de anos de serviço a que estava sujeito, no regime anterior, para a obtenção do benefício".

Ao contrário, acha a Emenda perfeitamente constitucional. Esse dispositivo — acrescenta o juiz — repete, inclusive na redação, o art. 222 da Constituição do Estado de Minas Gerais, por isso a Emenda n.º 7 é conhecida como Emenda Mineira. Nem, igualmente, depende, para sua eficácia, de regulamentação. "A disposição ensejadora do direito à contagem proporcional de tempo prestado antes de 13 de maio de 1967 — continua o juiz — data da vigência da Constituição Federal do mesmo ano, para fins de aposentadoria, não é norma de eficácia contida ou deferida. Independe de regulamentação, como concluiu, acertadamente, o parecer da fls. 19 de Assessoria Técnica da Augusta Assembléia Legislativa do Estado, é norma de eficácia plena, na classificação de José Afonso da Silva".

Fundamenta este aspecto da matéria com excelente doutrina, repelindo, igualmente, a objeção nuclear do governo do Estado, também relativamente à inconstitucionalidade da Emenda, por ter ela reduzido o tempo para a aposentação, ao arripio dos arts. 101, inciso III, e 103 da Constituição Federal.

"Nada mais inexato — afirma o juiz. A Emenda Constitucional n.º 7, não reduziu o tempo exigido para a aposentadoria, que continua sendo de trinta ou trinta e cinco anos, conforme o caso. Apenas conferiu ao tempo prestado antes de 13 de maio de 1967 um valor proporcional ao "número de anos de serviço a que estava sujeito, no regime anterior, para a abtenção do benefício".

A propósito, para legitimar a significação jurídica atribuída pelo constituinte estadual àquele tempo, recorda o juiz o reconhecimento, pelo legislador ordinário, a certos tipos de tempo de serviço com determinados efeitos, que repercutiram na aposentadoria do servidor (férias e licença-prêmio não gozadas podiam ser contadas em dobro; o tempo de serviço prestado por diretores e professores primários em escola isolada ou em grupo escolar situados na zona rural quando superior a cinco anos; o tempo de serviço dos funcionários do Departamento da Lepre; o tempo dos funcionários da Divisão do Serviço de Tuberculose (risco de contágio); o tempo dos funcionários da Penitenciária do Estado, na sua Seção de Taubaté e Manicômio Judiciário; o tempo prestado por funcionário à Revolução de 32 etc.). Ao tempo da vigência da legislação, nos casos especificados — acrescenta o juiz — também havia tempo mínimo prefixado constitucionalmente para a aposentação. Mas nunca foram acimados de inconstitucionais os citados diplomas

legais que, na prática, antecipavam e antecipam, no tempo, a aposentadoria dos servidores beneficiados”.

Após outras considerações e a afirmação de ser princípio assente e incontroverso de que a aquisição do direito a aposentadoria voluntária sofre o influxo imediato do mandamento novo, finaliza o juiz Manuel Aparecido Medeiros:

“Colocadas estas premissas, que têm o sufrágio dos doutos, o corolário inevitável desta fundamentação é a rejeição da pretensa inconstitucionalidade da Emenda Constitucional n.º 7, na parte pertinente ao desate da controvérsia, e o consequente acolhimento da pretensão mantemental. Em suma, as alegações da Fazenda do Estado não me convencem de nenhuma afronta aos arts. 101, inciso III, e 103 da Constituição Federal. Ao qualificar o tempo de serviço anterior à vigência da Constituição Federal de 1967, o constituinte estadual não reduziu o tempo mínimo ali fixado. E ao fazê-lo, não ofendeu este último dispositivo, porque a Emenda tem destinação genérica, beneficia a todos os servidores e não tem em vista a natureza específica de determinado serviço”.

A matéria será agora reexaminada pelo Tribunal de Justiça do Estado.”

Era o que pretendia dizer, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Consulto a liderança do MDB sobre se deseja ocupar o espaço que é destinado à sua bancada.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tem alguns dias, esta Assembléia tem a sua atenção concentrada e o seu trabalho voltado para a deliberação sobre a Constituição, que acaba, mais uma vez, de ser objeto de pronunciamento, desta tribuna, agora, pela palavra do eminente Deputado Valter Pietrângelo.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que algumas coisas sejam esclarecidas, que algumas posições sejam recolocadas, e por isso é que, com muita alegria é que vejo, neste Plenário, hoje, o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, Líder do Governo nesta Assembléia.

Sr. Presidente, há alguns dias e já há algum tempo ausentamo-nos durante dois dias, de Curitiba e do Paraná, para representar a nossa bancada nesta Assembléia, em reunião do MDB do Sul do País, que reputávamos, como efetivamente foi, da mais alta importância na luta que as oposições realizam neste Brasil, em favor da democracia, da liberdade e do Estado de Direito.

Os efeitos daquele trabalho transbordaram da própria órbita emedebista, para ganhar importância e para ser até munição para o trabalho que se desenvolve na terra brasileira.

Respondia, Sr. Presidente, pela Liderança da bancada, nesta ausência, o eminente, o inteligente, o culto e sério, e, o responsável, Deputado Nilso Sguarezi.

Havia, àquele momento, um outro impasse na Casa — respondendo pela Liderança, ajusta entendimentos com o nobre Líder do Governo; retornando, recebo, de Sua Excelência, a palavra que para mim tem fé absoluta sobre a qual jamais, em momento algum pairou dúvida e que esta Casa, tenho a certeza, também respeita, recebo a palavra de que houvera sido ajustada, ajustado o entendimento entre as Lideranças, para desobstruir alguns caminhos que se encontravam obstaculados.

Parte deste ajuste era a emenda constitucional que hoje volta à tentativa de deliberação deste Plenário, e recebia a certeza de que a Liderança do Governo, feliz, por certo — e aí a dedução como decorrência — a Liderança do Governo teria, no momento certo, na hora, atestado o seu apoio, o seu voto, para que a emenda fosse aprovada embora que fosse atendida a justa e meritória reivindicação de grande parte do funcionalismo público.

Quando me manifestei sobre o assunto, não estava presente o ilustre Líder do Governo. E me recordo que ele, com veemência a — quando assiste à bancada da ARENA se mostrar contrariamente à emenda, quando assiste à bancada da ARENA, no expediente regimental, desandar do Plenário, veementemente pedia, solicitava e apelava para que não se derogasse a emenda naquele momento, para que não se rejeitasse a emenda, naquele momento, dando oportunidade a que o Líder do Governo, quando presente nesta Assembléia possa honrar a palavra empenhada, possa cumprir o compromisso assumido, possa, enfim, atendendo a um atendimento mais alto, num momento de sobriedade e tranqüilidade que deve nos nortear quando fala mais alto o interesse do Paraná e o interesse da gente paranaense, possa, então, presente e de viva voz, carrear para a matéria, a solidariedade e o apoio de sua bancada, nesta Casa.

Recebo com surpresa, a palavra do Deputado Luiz Roberto Soares quando em aparte, há pouco, afirma que não houve ajuste, como não houve acordo e que esta matéria não estaria no rol daquelas que mereceriam o apoio do Governo. Tenho para mim, também, uma palavra séria e uma palavra honrada do nobre Deputado Luiz Roberto Soares. Pelo que conheço e pela convivência que temos tido nesta Casa, parece que S. Ex.^a, jamais, transviou por descaminhos agindo sempre no cumprimento de seu dever.

Era esta a colocação que pretendia fazer antes de mais nada, esperando e estando certo, de que o eminente Líder do Governo, agora presente e agora de viva voz, possa dar condições de que esta emenda seja aprovada. Certamente, teremos a sua palavra, ouviremos a sua voz, conheceremos a sua posição, quando da discussão da matéria.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há um outro aspecto que me parece deva ser levantado, deva ser debatido — o problema todo se localiza, em aprovar ou não, se localiza na autoria desta matéria; e, esta Casa gastou algum tempo nesta investigação de paternidade, se era prioritária a emenda dos eminentes Deputados do MDB, ou se tinha privilégio de apresentação, o projeto de lei do Deputado Erondy Silvério. A nós, do MDB, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e, esta Casa sabe disto e esta Casa está certa disto, nunca nos preocupou a paternidade desse ou daquele assunto, dessa ou daquela matéria, a autoria, desse ou daquele projeto; preocupou-nos e nos preocupa sim, atingirmos o objetivo, conquistarmos as nossas metas, trabalharmos e laborarmos pelo bem estar do Paraná, da sua gente e, agora, no caso concreto, do funcionalismo público do Estado.

Portanto, era de somenos, para nós, a aprovação dessa ou daquela matéria; o importante era a aprovação de matéria, fosse ela qual fosse. Todavia, assomando a tribuna, há dias passados, o autor do projeto de lei, Deputado Erondy Silvério, foi claro e taxativo, ao afirmar que, aprovado o seu projeto, o Governador do Estado o vetaria integralmente e imediatamente. E que até estaria com trabalho de sensibilizar o Governador do Estado, no sentido de que remetesse à Assembléia para suprir, quem sabe do vício de inconstitucionalidade de autoria, mensagem propondo, exatamente a mesma coisa.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é pasmado que assisto a esta luta que não deve conduzir a nada e que a nada conduzirá se permanecer nesses termos. Aprovado o projeto de lei do Deputado Erondy Silvério já ele afirma à Casa e ao Paraná de que será vetado. A emenda constitucional, legítima, válida, constitucional, traz a vantagem de não necessitar da sanção governamental. Seria uma atitude de Assembléia; seria uma atitude desta Casa; seria uma prerrogativa usada integralmente pela Assembléia Legislativa para que se atingisse o mesmo objetivo. E pensarmos e queremos e se imaginar que o Governador do Estado envie a esta Casa mensagem nos mesmos termos, é se proceder uma auto-ilusão; é só proceder

um auto-engodo; é querer imaginar o que jamais será concretizado. E há alguns casos concretos, presentes para atestar isso. E um deles é o que trata da questão da Procuradoria Geral do Estado, também projeto, também emenda constitucional que a maioria na Casa resolveu de rejeitar, quando apresentada por um Deputado que aqui tem assento, sob a palavra e a promessa de que incontinentim o Governo remeteria, nos mesmos termos, Mensagem a esta Casa.

A Mensagem chegou, em termos diversos, violentando direitos e para tanto, havendo um decurso de prazo muito grande a ponto até de nos impedir, quem sabe, talvez, de darmos a aprovação a esta Mensagem, mesmo defeituosa, mesmo injusta, mesmo faltando com equidade, darmos a ela a nossa aprovação em tempo hábil para que possa ser aplicada e que tenha vigência e executabilidade ainda no decorrer deste ano.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a me permite um aparte?

(Assentimento) Deputado Enéas Faria, evidentemente não vou questionar, mesmo porque pretendo fazê-lo no horário reservado à minha bancada. Todavia, para que se seccione, desde logo, uma afirmativa absolutamente proposta, eu gostaria que V. Ex.^a recebesse o meu reparo, porque quando conduzi a votação da emenda constitucional proposta pelo nobre Deputado Accioly Neto, e que tratava exatamente da Procuradoria Geral do Estado, em nenhum momento foi afirmado de que o Executivo remeteria matéria idêntica.

Eu apenas disse e realmente foi cumprido, como de resto foram cumpridas todas as minhas promessas e palavras empenhadas, que o Governo remeteria um novo Estatuto que forçosamente não haveria de coincidir com a proposta da emenda constitucional do nobre Deputado Accioly Neto. Eu gostaria de fazer esse reparo, quando V. Ex.^a acaba de dizer que alguém, presumo que seja eu, na época em que conduzi a votação havia se comprometido a conseguir a remessa de matéria idêntica, quando na realidade essa afirmativa não foi minha e tenho certeza de nenhum dos outros membros da minha bancada.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado, eu fico com sua palavra, mesmo porque não teria condições agora de trabalhar numa pesquisa nos Anais, para saber integralmente como falou V. Ex.^a. Portanto, fico com a sua palavra.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Também eu, Deputado, dou inteira credibilidade às suas palavras. Seria o mínimo de gentileza, se eu pedisse reciprocidade de credibilidade.

O SR. ENÉAS FARIA — Eu agradeço, Deputado. Mas volto ao ponto radical.

Senhores, não importa que esta matéria seja aprovada através de uma mensagem governamental, através de um projeto de lei, ou através de uma emenda constitucional. Na verdade, ela nasceu, ela tem origem, ela tem autoria na reivindicação sentida do funcionalismo público do Estado. Na verdade, a sua origem está neste clamor desta gente sacrificada, espezinhada e espoliada. Na verdade aí está, Sr. Presidente, não importa quem tenha sido o intérprete e o porta voz desta reivindicação e deste apelo. Importa, que se conscientize disso; importa que cada um dos Srs. Deputados tenha consciência disso e importa que se entregue ao funcionário público do Estado do Paraná, já tão carente de tanta coisa, se entregue o que ele tem por direito, o que é justo e o que é meritório, que se lhe dê essas condições.

Portanto, era o apelo que faria a esta Casa, Srs. Deputados, e em especial ao nobre líder do Governo, que deixemos de veleidades, que deixemos de pruridos, que deixemos até mesmo de levandades, não importa que matéria seja aprovada. Que se aprove na verdade, o que quer o funcionário público. E, se a oportunidade, o ensino proporcionam se aprove

e se dê condições disso, através da emenda constitucional que está sobre a mesa, que seja através desta Mesa. Que seja através dessa emenda. Que se lhe dê a aprovação que o funcionário quer e que esta Casa pode dar. O mais, Sr. Presidente, o mais é engodo, é ilusão, porque mensagem alguma, estou até quase certo, mensagem alguma no mesmo sentido, jamais virá bater a esta porta. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Consulto à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja usar o espaço que lhe é reservado. — (Pausa).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando da votação da emenda constitucional proposta pelos nobres Deputados Fidélino Tolentino e Valter Pietrângelo, eu não pude comparecer ao plenário, porque compromissos inderrogáveis não me permitiu. Solicitei ao vice-líder da nossa bancada, Deputado Ezequias Losso, que conduzisse a votação, explicitando que era minha proposta que não se fechasse questão em torno da emenda.

E foi com pasmo e com grande surpresa, que tomei conhecimento da verdadeira catilinária despejada pelo nobre e eminente líder do MDB, cuja essência implicava numa afirmativa evidentemente inaceitável por mim. Porque partiu, o Deputado Enéas Faria, de um pressuposto de que uma premissa absolutamente falsa, de que eu havia assumido compromisso com o então Deputado Nilso Sguarezi...

O Sr. Enéas Faria — V. Ex.^a me permite um aparte? — (Assentimento) Deputado Luiz Roberto, para estabelecer um reparo. O Deputado Nilso Sguarezi, temos todos certeza, jamais falseou a palavra.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Se ele não falseou a palavra, alguém falseou para V. Ex.^a. Porque, na realidade, eu até, por motivos que evidentemente não me parecem que devam neste momento ser explicitados, eu até, pelo contrário, considerei que, na sessão que me entendi com o Deputado Nilso Sguarezi, falha houve de palavra, é preciso que se diga, por certo com inteira justificativa, por parte da bancada de V. Ex.^a.

Não pretendo, neste momento, rememorar o fato. Mas, tenho certeza que o nobre Deputado Enéas Faria há de ter lembrança de um entendimento prévio acerca de outro problema, que teve cumprimento integral pela nossa bancada, e cujo cumprimento não foi integral pela bancada do MDB.

Mas, eu estava dizendo a V. Ex.^a e repito — que em nenhum momento afiançei a minha palavra que minha bancada votaria favoravelmente à emenda constitucional.

Se assim entendeu o nobre Deputado Nilso Sguarezi, se assim entendeu o nobre Deputado Fidélino Tolentino, laboraram em absoluto equívoco.

Até porque, eu não poderia fugir ao mínimo de coerência quando desta tribuna, sustentei a inconstitucionalidade da proposta apresentada pelo nobre Deputado Accioly Neto, que tratava e versava sobre funcionalismo público. Porque tenho comigo, e me parece bem escorado, o entendimento de que é vedado, ao constituinte derivado, a apresentação de emendas constitucionais que tratem do funcionalismo público, como pretendo demonstrar adiante.

De qualquer maneira, quero deixar absolutamente claro, límpido, inequívoco, de que a minha palavra não foi falseada.

E se algumas vaidades eu alimento, uma delas é jamais ter faltado com a palavra a quem quer que seja. E muito menos com a Liderança do MDB, que, diga-se de passagem, de sua parte, tem sabido responder inteiramente à confiança, à expectativa que nela sempre depositei, demonstrando lisura e um comportamento altamente elogiável.

Disse que se alguma vaidade tenho — e tenho algumas — uma, por exemplo, é conviver com pessoas dignas desta Assem-

bléia, como é o Líder do MDB e outra, repito, é jamais ter falseado, trapaceado, com a minha palavra.

Acredito, e tenho certeza, que na empostação emotiva que o espírito de luta demonstrado pelo líder do MDB decorre, exclusivamente, de informação que lhe tenha sido passada, sem que, todavia, essa informação fosse correta.

Razão pela qual, tenho certeza, que se o Deputado Enéas Faria assim se manifestou, o fez porque não dispunha do quadro completo das informações necessárias que pudesse avaliar melhor o tema em debate.

Feito este esclarecimento, que me parece necessário e imperioso, justifico o meu voto contrário à emenda proposta pelos nobres Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo. Disse que é verdade ao constituinte de segundo grau, ou derivado, a proposta de emendas constitucionais que, de alguma maneira, reformulem, modifiquem e estendam matérias relativas a servidores públicos, como é o caso da emenda que ora está em votação.

Na sua justificativa ambos os Deputados afirmam: "Sobre o aspecto de privacidade de competência do Governador para iniciar o processo legislativo das proposições que disponham sobre servidores públicos, devemos ressaltar que está restrita ao âmbito das leis ordinárias e, a presente proposição, tratando-se de emenda constitucional, na forma do Art. 24 de nossa Carta, pode ter seu andamento normal até promulgação pela Mesa desta Assembléia Legislativa, desde que seja iniciada com assinatura da terça parte de seus membros".

Todavia, a afirmativa consubstanciada na justificativa da presente proposição, nem na rotina, nem no texto constitucional, e muito menos na jurisprudência, tem amparo.

Há pouco o Deputado Valter Pietrângelo trouxe à colação, decisão proferida pelo Juiz de Primeira Instância de São Paulo, em que ele negou ou acolheu, não estou bem certo, um mandado de segurança de um grupo de milianos daquela unidade federativa, que pretendia se valer de uma emenda constitucional, nos mesmos sentidos do proposto nesta emenda que ora está em votação, número 538/77.

Todavia, o que não se feriu na decisão do Meritíssimo Juiz de Primeira Instância, é o problema da competência destas emendas. Assim é que, para não me alongar muito, trago decisão do Supremo Tribunal Federal, na qual se veda uma gratificação através de norma constitucional, porque envolvia, não só aumentos de vencimentos, como tratava de matéria pertinente a servidores públicos, e cuja iniciativa está dependendo da exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Como se não bastasse esta decisão que foi, inclusive, fundamento para seqüentes decisões do Supremo Tribunal Federal, muito recentemente, exatamente em abril de 1977, o Supremo Tribunal Federal acolheu arguição de inconstitucionalidade, de 14 artigos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, sendo que destes 14 artigos, 6 versavam sobre servidores públicos, e deixou patente que toda e qualquer emenda pertinente a servidores públicos, forçosamente, teria que ter a iniciativa provocada pelo Poder Executivo.

Esta decisão do Supremo Tribunal Federal, a rigor, para mim não constitui surpresa. Porque, sistematicamente, assim tem decidido. E o jurista de grande nomeada, Professor José Afonso da Silva, em artigo publicado na "Folha de São Paulo", em 20 de maio de 1977, diz que: "O poder de reforma constitucional, que a Constituição outorga ao Congresso Nacional, é regrado, precisamente por isso, caracteriza-se como poder constituinte constituído, ou instituído pela vontade do constituinte originário. Desta circunstância, decorre que se trata de um Poder sujeito a limitações que podem ser formais e materiais e a doutrina não vacila em sustentar que as emendas constitucionais estão também sujeitas ao

controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.

E faz uma série de argumentações, sempre a demonstrar que algumas matérias estão vedadas ao Legislador ordinário, principalmente aquelas porque, evidentemente, a Constituição é um sistema, há um escalonamento de normas que devem ser obedecidas; a nossa Constituição Estadual, a exemplo da Federal, consigna que o processo legislativo compreende a elaboração de emenda à Constituição e leis complementares, etc. E diz: — É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que dispõem sobre o servidor público do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargo, estabilidade, aposentadoria, reforma, transferência, etc., etc.

É evidente que se pudesse o legislador, é claro, se pudesse ser usado o poder constituinte derivado, é claro que esta regra poderia ser constantemente violada, o que discreparia inteiramente do modelo federal que estamos obrigados a obedecer.

Em suma e conclusivamente. A bancada da Aliança Renovadora Nacional, neste caso, deixará a questão aberta.

Votarei contrariamente à proposição dos eminentes Deputados do MDB, por considerar essa proposta como absolutamente inconstitucional. E nem poderia assumir outro comportamento, porque, quando a proposição proposta pelo Deputado Accioly Neto, assim me manifestei, razão pela qual, esclarecido que em nenhum momento houve comprometimento formal, verbal ou solene por parte de nossa bancada, com a bancada do Movimento Democrático Brasileiro, no sentido de que se aprovaria essa emenda, também deixou claro que as razões pelas quais, voto contrariamente a essa proposição eminentemente jurídica, concordando com o Deputado Enéas Faria, que não seria o momento adequado para discutir a paternidade desse projeto, porque me parece, é assunto de relevância menor.

Se a proposta tivesse fundos de juridicidade, se tivesse sido colocada, e se fosse possível colocá-la em termos de refutável constitucionalidade, não negaria o meu voto, pelo fato de ter sido proposta por Deputado da Oposição.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa a V. Ex.^a que V. Ex.^a dispõe de 1 minuto para concluir.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Evidentemente que não seria por motivo tão mesquinho que eu deixaria de consignar o meu apoio a uma matéria dessa ordem. Deixo de dar o meu apoio pessoal exclusivamente por razões de ordem constitucional.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados: EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 138/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, área de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e características que especifica. Parecer Favorável da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Solicito de V. Ex.^a, a verificação de votação da presente matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende.

Em votação o Projeto de Lei nº 178/77.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa). 14 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam e 2 Srs. Deputados abstiveram-se de votar.

Não há "quorum" para deliberação.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 09/78, de autoria do Deputado Egon Pudell, que denomina "Anita Lopes Canet" o Hospital Regional da cidade de Cascavel, construído na referida cidade. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 09/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "ANITA LOPES CANET", o Hospital Regional de Cascavel, construído na referida cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1978.

(a) EGON PUDELL

Apoiamentos: David Federmann, Gabriel Manoel, Ernesto Dal'Oglio, Dácio Leonel, Luiz Roberto Soares, José Domingos Scarpelini, Ernesto Gnoato, Ivo Thomazoni, Valter Pietrângelo, Lázaro Dumont, Erondy Silvério, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Aguinaldo Pereira Lima, Gilberto Carvalho e Domício Scaramella.

JUSTIFICATIVA:

Em reunião da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, que congrega dezenove Municípios do Oeste, na Assembléia Geral Ordinária, realizada na referida Associação, no dia 27 de outubro de 1977, foi apresentada a proposição no sentido de ser denominado Anita Lopes Canet, o Hospital Regional de Cascavel, em homenagem à Excelentíssima Senhora Anita Lopes Canet, proposição esta que foi aprovada por unanimidade. A veneranda Senhora, de saudosa memória, além de exemplar mãe de família, foi um exemplo de bondade e de filantropia, a que dedicou grande parte de sua laboriosa existência, pautada de gestos nobres e de atitudes que sempre revelaram o seu boníssimo coração, cujos descendentes, a exemplo do Excelentíssimo Senhor Doutor Jayme Canet Júnior, Governador do Paraná, tem honrado o nosso Estado. É, portanto, merecedora desta reverência ao seu nome ilustre e altamente respeitável.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 09/78

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, tem por objetivo o presente projeto de lei dar a denominação de "Anita Lopes Canet", ao Hospital Regional de Cascavel.

Sem dúvida, assiste motivação bastante para a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, apresentar esta sugestão, no sentido de denominar "Anita Lopes Canet" o Hospital Regional de Cascavel. Verifica-se, pela justificativa, que a Senhora Dona Anita Lopes Canet, realmente desempenhou, durante sua vida, atividades de filantropia. Dotada de coração generoso, exemplar mãe de família, sempre se dedicou à assistência e ao amor aos seus semelhantes. Desta forma, nada mais justo e oportuno do que esta singela homenagem que se lhe pretende prestar, através do presente plano de lei.

Impedimento de ordem constitucional ou legal, não vemos nenhum que possa obstar a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 16/78, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a "Fundação de Ensino Técnico de Apucarana", com sede e foro na cidade de Apucarana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em discussão — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 16/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO DE APUCARANA", com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no setor educacional, junto à comunidade de Apucarana. Através da Lei Municipal número 12/77, de 28/06/77, a municipalidade de Apucarana, em reconhecimento às atividades da Fundação de Ensino Técnico de Apucarana, outorgou-lhe o reconhecimento público municipal.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos legais exigidos para o reconhecimento público no âmbito estadual.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 16/78

Verifico preenchido todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6994, que regula a matéria, sendo, por isso, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente, Muggiati Filho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 18/78, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que autoriza o Poder Executivo denominar de "Escola Polivalente Professora Maria do Rosário Castaldi, Ensino de 2.º Grau", a Unidade escolar construída no Jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em discussão. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 18/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "ESCOLA POLIVALENTE PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO CASTALDI — ENSINO DE 2.º GRAU", a unidade escolar construída no Jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1978.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

MARIA DO ROSÁRIO CASTALDI, é natural do Estado de São Paulo, tendo nascido aos 29 dias do mês de junho de 1922, na cidade de Pedregulho.

Filha de Miguel Castaldi e Catarina Castaldi, ambos italianos, Maria do Rosário Castaldi, ainda muito criança, mudou-se com a família para a cidade de Casa Branca, no Estado de São Paulo, onde fez os seus primeiros estudos.

Com a vinda da família para o Paraná, em 1937, foi transferida para o Colégio Paulistano, na capital paulista, para prosseguir seus estudos.

Mudou-se em 1943, para Londrina.

Em Londrina — mesmo como leiga, por não possuir ainda diploma de professora — submeteu-se a um concurso instituído pelo então Prefeito Municipal Miguel Blasi, sendo aprovada com distinção, iniciando-se então na carreira do magistério.

Foi integrante da comissão que trabalhou para a fundação da então Escola Normal de Londrina, em cuja escola ingressou e concluiu seus estudos.

Nomeada pelo Estado para prestar serviços no Grupo Escolar “Hugo Simas”, ali desempenhou suas funções com extraordinário espírito de disciplina, amor e dedicação, até a sua morte, ocorrida em 22 de agosto de 1958 — aos 36 anos de idade.

Viveu pouco, mas deu muito de si em favor da educação e da formação moral de seus alunos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 18/78

De autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, visa o presente projeto de lei, denominar “Escola Polivalente Professora Maria do Rosário Castaldi - Ensino de 2º Grau”, a Unidade Escolar construída no Jardim Bandeirantes, da cidade de Londrina.

O plano de lei em questão, vem articulado e justificado, em consonância com o que dispõe o artigo 123 do Regimento Interno.

Referida iniciativa não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal, que possa impedir sua livre tramitação.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha o Projeto.

Assim sendo, somos pela aprovação da medida proposta.

Sala das Comissões, em março de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Maurício Fruet, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 21/78, de autoria do Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública a “Associação de Senhoras Menino Deus - ASEMD”, com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI Nº 21/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS MENINO DEUS — ASEMD”, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que objetivamos seja declarada de utilidade pública, preenche as exigências legais para tal fim, pois presta serviços à coletividade, não visa lucros e nem distribui vantagens aos seus diretores. A documentação anexa comprova essa assertiva.

Dai o presente plano de lei que oferecemos à elevada consideração dos nobres Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 21/78

De autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, o presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Associação de Senhoras Menino Deus - ASEMD”, com sede nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada pelo seu autor, e a documentação nele inserida, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche todos os requisitos essenciais, exigidos pela Lei nº 6994, de 10/01/78, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Dácio Leonel, Relator

Sobre uma das matérias constantes da pauta na presente sessão, Proposição nº 538/77, a Presidência informa que são decorridos, na presente sessão, 88 dias de sua apresentação. O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Parece, Sr. Presidente, que está havendo um desentendimento quanto à contagem do prazo para a aprovação desta matéria, que é a emenda constitucional.

V. Ex.ª, que, tenho certeza, Sr. Presidente, ao afirmar haverem sido decorridos hoje, 88 dias do prazo e que o prazo se esgotará, amanhã ou depois, leva em conta o lapso, onde se percebe haver sido recebida, à Mesa, em 10 de 11 de 77.

Todavia, Sr. Presidente, parece que teria ocorrido um lapso ao ser tratada esta matéria — onde V. Ex.ª ao colocar a data de 10 de 11, ou, da caneta que não conseguiu preencher, com clareza e totalidade, o número 6 após a dezena 1. Porque, no mesmo documento, Sr. Presidente, temos um carimbo de protocolo e a matéria se encontra protocolada à data de 16 de 11 de 77. Portanto, se dá entrada e é protocolada a 16, parece que só este lapso de grafia é que poderia estabelecer tenha, V. Ex.ª, recebido em 10.

Apenas para dirimir esta dúvida.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Constitucionalmente, a Presidência tem que contar prazo a partir da data do recebimento.

A emenda foi recebida em 10 de novembro de 77, e, ao verso consta, do Sr. Diretor Geral; a data de 11 de novembro. É o seguinte:

“Despacho:

Publique-se,

Protocolo-se,

À Divisão das Comissões, para autuar.

Retorne.

Diretoria Geral,

11/11/77”.

O protocolo tem a data de 16 de novembro de 77, após o que, em data de 25 de 11, determinou o Sr. Diretor Geral “encaminhe-se o avulso ao Sr. Presidente, com a publicação em avulso”.

Em 24 de novembro foi publicada no Diário Oficial da Assembléia, avulso distribuído a 25 de novembro e, em 14 de dezembro à Divisão das Comissões, para pedir despacho da Presidência, em que o encaminhou à Comissão Especial de Reforma à Constituição.

O SR. ENÉAS FARIA — Está dirimida a dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência deixa de receber requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Entende a Presidência, que pedido de informações dirigido ao Prefeito Municipal de Curitiba, nos termos do artigo 105 da Constituição Estadual, fere a autonomia municipal. É privativo da Câmara Municipal de Vereadores dirigir pedido de informações a quem está sujeito o Prefeito Municipal. Entende, a Presidência, que o presente requerimento colide com a autonomia municipal, razão pela qual não o recebe.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Curitiba não tem autonomia; Curitiba está cassada, Sr. Presidente; Curitiba,

na administração, Sr. Presidente, funciona como um departamento, como um apêndice deste Governo. E, isto é verdadeiro e, isto é correto — a autonomia de Curitiba está cassada.

Mas, não era sobre isto que eu iria falar, apenas, um reparo inicial.

Embora, Sr. Presidente, a matéria possa ser polêmica e até, quem sabe, fosse hora desta Casa se deter um pouco sobre o assunto, com relação à capacidade da Assembléia dirimir certas dúvidas com relação à Prefeitura nomeada de Curitiba, porque Prefeito nomeado pelo Governador mas, com respaldo, com a homologação, com o "referendum" desta Assembléia Legislativa, matéria polêmica e que mereceria, quem sabe, um estudo melhor e mais acurado.

Também, não é isso, Sr. Presidente, o que levanto nesta questão de ordem, Sr. Presidente, é que seja reconhecido a igualdade de direitos, nesta Casa; que haja uma equidade de tratamento, nesta Casa.

Não faz muito e, eu me lembro bem, e até me apressei em oferecer o meu voto pessoal, o meu aplauso à atitude do Deputado Erondy Silvério, não faz tempo, esse Deputado apresentou, formulou pedido de informações, nesta Casa, e, esta Casa, aprovou. Não vejo, agora, Sr. Presidente, como se possa mudar esse entendimento.

Quero crer e, tenho certeza, que V. Ex.^a saberá conduzir com equidade e com justiça os trabalhos nesta Casa, não tendo dois pesos e duas medidas. Se V. Ex.^a e a Casa acolher idêntica proposta do Deputado Erondy Silvério, não vejo porque não acolher de qualquer outro Deputado.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, se está bem lembrada, não deu provimento a requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério. O Deputado autor, autor da indicação recorreu da decisão da Mesa e recorreu ao Plenário; e, o Plenário com respaldo de ambas as Lideranças, determinou o provimento à matéria, e a Mesa atendeu à unanimidade do Plenário e recebeu o requerimento.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Evidentemente, Sr. Presidente, que procedeu bem a Mesa, em não acolher esse requerimento e eu valho-me da oportunidade para propor se fixasse uma regra permanente, que não se acolham pedidos de informações a outras pessoas políticas que não o Governo do Estado do Paraná. Porque a competência para requerer informações se cinge, exclusivamente a uma pessoa política que é a estadual. Andou bem a Mesa e proponho que doravante se fixe esta regra imutável de que nem se requeiram informações ao Governo Federal ou a outros Estados, como já aconteceu, e nem se possa requerer pedido de informações a pessoas políticas municipais. Uma vez que, a se acolher tal requerimento, se viola uma sistemática e se ofende um escalonamento institucional absolutamente inaceitável.

E eu gostaria apenas de registrar que a diminuição do "status" de Curitiba, conforme o líder do M.D.B., é manifestação absolutamente pessoal e subjetiva do próprio, porque nós não temos o mesmo entendimento.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O dispositivo constitucional determina que o Estado assegurará a autonomia dos municípios. E a Presidência entende, data vênica do entendimento da ilustrada bancada do Movimento Democrático Brasileiro, que, em se recebendo pedido de informações que é imperativo, dirigido ao Chefe do Executivo Municipal, estaria a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tirando a autonomia da Câmara Municipal de Vereadores.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, eu evidentemente não vou recorrer da decisão de V. Ex.^a ao Plenário, em razão da manifestação do Líder Luiz Roberto Soares, eu vejo que seria completamente inútil.

Eu apenas, Sr. Presidente, queria informar à Casa que esta Assembléia já aprovou um pedido de informação nosso, dirigido ao Sr. Prefeito Saul Raiz, sobre a problemática de loteamentos. E o Sr. Prefeito nos atendeu integralmente e, graças às informações recebidas do Poder Executivo, nós pudemos orientar Sr. Presidente, pudemos servir a centenas de moradores, de adquirentes de lotes de determinado loteamento desta Capital.

Por outro lado, Sr. Deputado, V. Ex.^a há de convir que o desrespeito e a ofensa, comentado pelo líder da Arena ao povo e aos Srs. Vereadores foi cometido quando esta Casa referendou a indicação do Sr. Saul Raiz. Evidentemente que isto não vem ocorrer agora, coincidentemente numa matéria importante que nós consideramos de tanta importância proposta por um Deputado do M.D.B.

Acho e entendo Sr. Presidente que há circunstâncias e circunstâncias especiais que envolvem eleição de Prefeitos da Capital e estâncias hidrominerais e área de segurança e Prefeitos indicados fogem evidentemente deste enquadramento constitucional argüido por V. Ex.^a e pela liderança da Arena, para torpedear uma iniciativa importante de nossa lavra.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — A autonomia Sr. Presidente, não é apenas um vocábulo solto e atirado ao ar. Ela pressupõe alguns elementos concretos. E um deles e o mais sério, Sr. Presidente, a autonomia municipal é a eleição de sua administração, do seu Prefeito. Curitiba se viu furtada nisso.

Volto, Sr. Presidente, para lhe fazer justiça, quando disse que V. Ex.^a havia recebido e a Casa aprovou uma solicitação de informações do Deputado Erondy Silvério, dirigido ao Prefeito Municipal. Para lhe fazer justiça, porque poderia parecer que V. Ex.^a estivesse apenas dando condições de aprovação de algumas matérias a Deputados da ARENA e não aos do MDB. Quero lhe fazer justiça. E idêntica matéria propus eu, quando escamoteando-se à realidade, o Prefeito de Curitiba, permitiu que algumas empresas de transporte coletivo avançassem no bolso do usuário. E esta Casa aprovou; esta Casa recebeu solicitação de informação do Prefeito Municipal, que arrimado, quem sabe dessa regra, da desobrigação constitucional, não encaminhou até hoje, resposta me parece, a esta Casa.

Mas é verdade, que V. Ex.^a recebeu, de uma e de outra bancada pedidos idênticos. Volto para um apelo, Sr. Presidente, para que V. Ex.^a dê sobrestada a deliberação sobre este requerimento, para que possamos pesquisar, os costumes da Casa, qual o procedimento que tem sido adotado até hoje, para que ele seja mantido ou para que então, daí à frente, se estabeleça uma nova regra definitiva, e que venha a ser cumprida com rigor.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Esta Presidência, não deseja voltar atrás na decisão. Entende que não há número para deliberação na presente sessão.

Não havendo número para deliberação, não caberia a qualquer dos eminentes Srs. Parlamentares, o recurso de recorrer da decisão da Mesa, à decisão do Plenário.

E a Presidência entende, por outro lado, que a matéria insere assunto de alta relevância, com denúncia séria e grave formulada pelo Deputado Valter Pietrângelo. E S. Ex.^a deixa insinuações de atitudes, de comportamento menos digno, de ex-diretores da COHAB-CT — Curitiba, da COHAB-Curitiba. A gravidade da matéria realmente, implicaria numa decisão do

Plenário. A Presidência não deseja arcar com a responsabilidade de sozinha, rejeitar matéria.

Deixa o requerimento sobrestado, não o recebe na presente sessão, e, todavia, não o despacha para o arquivo, e volta a apresentá-lo à consideração do Plenário, a recurso do Plenário, o seu recebimento na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando licença de vinte dias, a partir de 20 de abril, licença essa sem vencimentos, para tratar de assuntos de interesses particulares. — **Inclua-se na Ordem do Dia, da próxima sessão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Pereira, funcionário deste Poder Legislativo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Pereira, funcionário desta Casa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Muraro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, reiterando o solicitado pelo requerente, no sentido de que seja adotada por nosso Estado a contagem proporcional de serviço prestado por servidores públicos admitidos em data anterior à Constituição de 1967, através da liberação da votação da Proposição de Emendas à Constituição n.º 538/77 e, ou ainda, da sanção do Projeto de Lei n.º 115, datado de agosto de 1977, já aprovado por esta Casa. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Presidente do IBDF, em Brasília e Delegado do mesmo Instituto no Paraná, sugerindo realização da Campanha de Reflorestamento no território do Estado do Paraná. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, com o apoio do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se digne determinar, medidas necessárias visando a reconstrução de ponte sobre o Rio Potinga, na estrada que liga Rebouças à Rio Azul. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, com o mesmo objetivo do requerimento acima lido da tribuna. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Recursos Humanos e Secretário das Finanças, no sentido de que sejam implantadas nas folhas do corrente mês de maio, as diferenças de vencimentos asseguradas, aos servidores públicos que percebem vencimentos fixados abaixo do salário-mínimo. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "A Folha de Londrina" e com todos os que trabalharam e ainda trabalham para que o referido jornal atingisse o seu trintenário, especialmente ao seu Diretor Sr. João Milanez. Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, lido da tribuna, solicitando voto de aplauso e congratulações ao Sr. Presidente da República, Ministro da Educação e Cultura e diversas autoridades, pela indicação do Senador João

de Mattos Leão para o cargo de Diretor da Carteira de Crédito Agrícola da 6.ª Região do Banco do Brasil S/A. — Em discussão. O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, nos termos do Regimento Interno, art. 150.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que sejam construídas salas de aulas especiais para criança excepcional, em todos os estabelecimentos de ensino. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 3, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/77.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — da Proposição n.º 538/77.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 09, 16, 18 e 21/78.

DISCUSSÃO ÚNICA — do Requerimento do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 248/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2539, de 30 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

exonerar a pedido NELSON PRENDIN, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 249/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2539, de 30 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

prover em Comissão, JOSÉ BARBOSA, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

PORTARIA:

PORTARIA N.º 158/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2539, de 30 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido a Portaria n.º 669/77, de 06 de setembro de 1977, que autorizou NELSON PRENDIN, ocupante do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral.